

Leon. Brasil

# Pacote não, austeridade sim

\* 9 AGO, 1989

ESTADO DE SÃO PAULO

Volta-se a falar na implantação de novo pacote econômico, com vistas ao controle da inflação, idéia que vem encontrando certa resistência por parte do presidente José Sarney, não interessado em recorrer a medidas de austeridade no final de mandato. Parece-nos, entretanto, preliminarmente, que esta seria, para o presidente, a melhor maneira de se redimir, no apagar das luzes da sua gestão, de todos os erros que cometeu à sombra dos diversos planos já editados, que nunca deram certo pela simples razão que sua ex<sup>a</sup>. nunca deu ouvidos às recomendações de austeridade feitas por seus ministros.

E essencial nos parece, em aditamento, que se tomem medidas num quadro de normalidade, sem procurar apresentá-las como um programa de salvação nacional.

As expressões "pacote" ou "plano" têm sido muito desmoralizadas neste governo que, delas abusando, acabou por criar profundo ceticismo na opinião pública. Saiba-se, aliás, que qualquer tentativa destinada a imprimir solenidade a medidas absolutamente necessárias e corriqueiras

só terá por consequência novos malogros. Inócua será, portanto, mais uma mensagem presidencial na televisão para nos anunciar que, desta feita, o Brasil encontrou o caminho certo e que se afastará, uma vez por todas, a inflação do cenário econômico.

É evidente que este governo, em final de mandato, está ainda menos apto a liquidar com a inflação do que estava nos anos anteriores. Não é essa sua tarefa, conforme o entendeu perfeitamente o ministro Mailson da Nóbrega. Neste momento, cabem ao Planalto duas missões. Em primeiro lugar, impedir que a hiperinflação se implante no País em período pré-eleitoral, para permitir que o processo de democratização se desenrole em clima de normalidade. Há que reconhecer que as medidas ora em execução (com grande atraso, infelizmente) estão na direção certa, restando apenas desejar que a comunidade financeira internacional e, em particular, o FMI dêem sua contribuição para que não se crie uma crise cambial que poderia invalidar os resultados até agora alcançados. Os esforços atuais precisam ser consolidados mediante maior austeridade nos gastos pú-

blicos por estarem faltando ao programa atual comprovações de que haverá redução do déficit.

A segunda tarefa do presente governo é a de preparar o terreno para seu sucessor ao qual cumprirá enfrentar com coragem o grave problema da inflação, que encontra origem, primacialmente, na desordem reinante nas despesas públicas. O preceito constitucional da anuidade orçamentária exige que, antes do final de um exercício, surjam medidas suscetíveis de aplicação no próximo. Pelo que é imprescindível que tais providências estejam inscritas no orçamento de 1990, a ser aprovado ainda neste ano.

Para desincumbir-se dessas duas tarefas, o Planalto vinha enfrentando séria dificuldade, qual seja a falta de cooperação por parte do Congresso. Hoje, todavia, depois da apresentação do Plano de Emergência pela maioria dos membros do Congresso, tal pretexto não mais existe. Com efeito, tal plano, demonstrativo de que o Legislativo se conscientizou do perigo da hiperinflação, inclui medidas já aprovadas, sugere outras que haviam sido propostas pelo Executivo, e recusadas pelo Congresso, e finalmente algumas

inéditas — como a suspensão provisória de todos os incentivos que exerceriam impacto positivo muito grande no ano vindouro.

Urge que o governo elabore seu programa com celeridade sem dar a impressão de que pretende amealhar votos (para quem?...) ou passar à posteridade. Não precisa fazê-lo com alarde, assumindo posições teatrais. Deve apenas tomar tais medidas, considerando-as naturais no momento atual.

O presidente da República está preocupado com novo aumento de impostos. Erra, já inicialmente, ao pensar que tem apenas de apresentar um pacote tributário enquanto se preparam medidas de maior alcance, que são fiscais, dando predominância à redução de despesas. Deverá, sem dúvida, rever a política tributária para o setor agrícola e, por imposição da nova Constituição, elaborar um projeto de taxação das grandes fortunas, o que exigirá o maior cuidado.

O que se espera é que tais providências sejam apresentadas como rotineiras por um governo que trabalhe não para si, mas para o superior interesse da Nação.